

ICOMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE ALUNOS COM TEA: Possibilidades e limites

SKILLS AND SKILLS OF THE TEACHER IN THE SPECIAL EDUCATION OF STUDENTS WITH ASD: Possibilities and limits

Noã Botão de Carvalho
Claudia de Oliveira Vale

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO

RESUMO

Este estudo teve como objetivo realizar pesquisas bibliográficas sobre o assunto para desenvolver a educação da criança com autismo. Com os objetivos específicos pretendeu-se entender o que constitui um sujeito com TEA, sua estrutura psicológica e cognitiva; Identificar as dificuldades desse aluno; analisar a forma como a escola está organizada e a colocação das disciplinas; conhecer formas para contribuir para o desenvolvimento de abordagens metodológicas no trabalho com esses alunos, ressaltando que os educadores precisam ter o necessário conhecimento para compreender as necessidades e dificuldades de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Para tanto, foi usado como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, onde os resultados apontam que é possível que o discente desenvolva habilidades e estratégias para entregar um ensino de qualidade aos alunos com autismo. Enfim, por meio de todo o estudo realizado foi possível analisar que o conhecimento das principais legislações e documentos referente à Educação Especial e a Educação Inclusiva, são os primeiros degraus para um atendimento adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais e para que se crie um ambiente educacional inclusivo, que rompe todas as barreiras para que os estudantes desenvolvam todas as suas potencialidades.

Palavras-chave: Habilidades. Estratégias. Educação Especial.

ABSTRACT

This study aimed to carry out bibliographic research on the subject to develop the education of children with autism. With the specific objectives, it was intended to understand what constitutes

a subject with ASD, its psychological and cognitive structure; Identify the difficulties of this student; analyze the way the school is organized and the placement of subjects; knowing ways to contribute to the development of methodological approaches in working with these students, emphasizing that educators need to have the necessary knowledge to understand the needs and difficulties of students with Autism Spectrum Disorder. To this end, the bibliographic research was used as a methodological procedure, where the results indicate that it is possible for the student to develop skills and strategies to deliver quality education to students with autism. Finally, through all the study carried out, it was possible to analyze that the knowledge of the main legislation and documents related to Special Education and Inclusive Education, are the first steps for an adequate service to students with special educational needs and to create an environment inclusive education, which breaks all barriers for students to develop their full potential.

Keywords: Skills. Strategies. Special education.

1 INTRODUÇÃO

Apesar do grande avanço em relação às políticas educacionais voltadas para a Educação Inclusiva, ainda há a necessidade de se formar todos os profissionais da escola para o melhor atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Educação Especial e Inclusiva ainda passa por muitos desafios, pois, para que a inclusão aconteça da melhor maneira possível é necessário que a escola seja capaz de oferecer uma educação de qualidade para todos os seus alunos. Porém, para tanto, é necessário que se tenha uma equipe forte, onde todos os professores sejam bem formados para tal objetivo, uma boa rede de apoio entre docentes, alunos, gestores escolares e profissionais competentes que atendem os alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Ainda há muito pouca pesquisa sobre esse tema, então a escolha foi para entender melhor o autismo e as dificuldades que os professores têm quando se deparam com essa situação em sala de aula e não sabem como agir, por isso precisa pesquisar quais são as dificuldades dos professores em tentar incluir pessoas com autismo, mas também compreender o lado familiar. O professor precisa entender melhor a deficiência para estar pronto para esse aluno que precisa de atenção, mas já é diferente por conta de suas necessidades educacionais.

No contexto social e educacional, a inclusão não é nova como slogan e marca de discurso de diferentes instituições e campos. Quando falamos de inclusão nas escolas comuns, estamos falando de educação para a diferença em todas as suas formas e tipos. Sobre o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência, inclusive no currículo do ensino regular, torna-se

relevante lembrar que este deve ser condizente e adequado com o da turma de que faz parte. No entanto, com adaptações de currículos, objetivos e conteúdo, de acordo com as capacidades do aluno.

Hoje temos uma dificuldade quando tratamos do assunto da Educação Inclusiva. Há uma falta de informação sobre o que deve ser feito ou não quando se tem em sala de aula alunos portadores de necessidades especiais. Além de, encontrarem dificuldades com o tratamento, segundo especialistas, as pessoas com autismo acabam sendo discriminadas, não tendo acesso a serviços que favorecem, em condições de igualdade com os outros, o direito à educação, emprego e vida em comunidade. Levar para as crianças um ambiente totalmente apto para atendê-las, sendo convidativo e confortável para que não se sintam inseguras ou até mesmo estressadas. Busca-se a criação de um lugar onde elas queiram frequentar voluntariamente. Elementos que ajudem na socialização e conforto, tais como texturas e iluminação, além de inúmeras atividades, como por exemplo a utilização de cores e músicas, entre outros exercícios que auxiliem e estimulem as crianças a expressarem seus sentimentos. Contará, também, com um espaço acessível, propício para incentivar. E justamente nestes espaços, que muitas vezes, são evidenciados os primeiros sinais de que a criança apresenta características que a diferem da maioria. Por ter diferentes manifestações, e cada criança irá expressar características peculiares, o diagnóstico é demorado e muitas vezes impreciso, dificultando ações pedagógicas que possam auxiliar nesta fase da vida.

A justificativa deste trabalho deve-se diante a complexidade da inclusão de crianças com TEA e a crescente demanda nas escolas de educação quando diagnosticado. Por outro lado, sentimos a necessidade de aprofundar as discussões referentes ao tema. Existe uma necessidade de apontar possibilidades de pesquisa, formação, acesso de informações, leituras e vivências que possam auxiliar os professores da educação e pais. Somente com a discussão, conhecimento e práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento das crianças com TEA. Escolhemos estudar o autismo por fazer parte do nosso dia-a-dia e termos anseio de conhecimento sobre essa síndrome que faz parte do universo escolar. Espero que com essa pesquisa possamos apreender e poder realizar profissionalmente a inclusão escolar, ampliando a cada ano em nosso país e por ter como objetivo a docência, tal fato preocupa-nos e ao mesmo tempo nos anima, o contato com situações diversas, nas quais pretendemos fazer um trabalho adequado e eficaz. Além disso, almeja-se contribuir também com pesquisas na formação de professores, estratégias e metodologias de ensino, e, sobretudo, estudos que contemplem a percepção desses alunos a respeito da escola e sobre esse mesmo processo.

Portanto, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Como o professor pode assegurar um trabalho educativo organizado e

adaptado para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos com autismo?

O presente trabalho tem como objetivo geral realizar pesquisas bibliográficas sobre o assunto para desenvolver a educação da criança com autismo. Com os objetivos específicos pretendeu-se entender o que constitui um sujeito com TEA, sua estrutura psicológica e cognitiva; Identificar as dificuldades desse aluno; analisar a forma como a escola está organizada e a colocação das disciplinas; conhecer formas para contribuir para o desenvolvimento de abordagens metodológicas no trabalho com esses alunos, ressaltando que os educadores precisam ter o necessário conhecimento para compreender as necessidades e dificuldades de alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Essa pesquisa de cunho bibliográfico, busca discutir a educação de pessoas com autismo e visualizar caminhos possíveis para a construção de uma ação pedagógica que possa construir práticas metodológicas e respeitar as diferenças tornando capaz de transformar a relação professor-aluno, favorecendo o aprendizado, o desenvolvimento e a emancipação dos aprendizes com autismo na relação com o conhecimento e, conseqüentemente, na vida social. Desta forma, partimos da concepção de educação como um processo ativo e interpessoal, tendo um papel transformador na formação do homem e da humanidade. O tema deste trabalho originou-se a partir do interesse a respeito da necessidade e importância do tema em relação ao processo de formação docente inicial. Deste modo, enfatizo que o desejo em pesquisar acerca do autismo e temáticas relacionadas surgiu das indagações e dúvidas pessoais de como planejar, agir e conduzir práticas pedagógicas inclusivas com crianças autistas.

A Pesquisa é definida como o “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2007, p. 17).

À luz dessa perspectiva teórica, tornou-se possível construir reflexões sobre produções científicas referentes à temática de Educação Infantil Inclusiva e competências e habilidades do professor na educação inclusiva de alunos com TEA suas Possibilidades e seus limites. Para adentrar, acerca da inclusão escolar de crianças identificadas com Transtorno do Espectro Autista, o presente estudo optou por desenvolver uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica exige critérios metodológicos bem definidos que entram num processo permanente de avaliação e redefinição durante todo o estudo, que é sustentado por reflexões pessoais e análise de fontes de conhecimentos escritos. Tal procedimento metodológico é considerado relevante na construção e disseminação de conhecimentos científicos, sendo capaz de estabelecer, principalmente quando se trata de temas pouco estudados, hipóteses e interpretações sob novo enfoque ou abordagem que

podem se colocar como base de pesquisas futuras. A partir da compilação e análise de diversas fontes bibliográficas, teremos um contato amplo com conhecimentos sobre a temática investigada, o que possibilitará a utilização e integração dos dados dispersos de variadas publicações, de modo a melhorar o delineamento conceitual em torno do objeto de estudo exposto.

Pesquisa Bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

Enquanto palco de importantes interações sociais, as instituições de Educação Infantil configuram-se como um ambiente sociocultural essencial à constituição dos sujeitos, de suas condições pessoais, sociais, físicas, cognitivas, que podem ser variadas e diferentes. Diante de todas as crianças, sem exceção, podem ser estabelecidos procedimentos de mediação qualificados para atender suas necessidades individuais, permitindo o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores, assim como de uma sociedade mais responsável e com menos desigualdade social.

A formação do professor não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência. (NÓVOA, 1995, p. 25).

A formação de professores para Educação Inclusiva pressupõe que a mesma seja crítico-reflexiva, estimulando para que os professores desenvolvam um pensamento autônomo, que busquem soluções, que reflitam sobre o processo de construção de saber do aluno, compreendendo como o mesmo realiza suas elaborações mentais e cognitivas. Esse tipo de proposta implica sem sombra de dúvida um comprometimento pessoal do professor, de responsabilizar-se com um estudo sistemático e de revisão de conceitos constante, fazendo ligações entre teoria e prática, qualificando suas ações.

Portanto, esta pesquisa contribuirá com professores e profissionais em geral da educação que não tiveram acesso a esses conhecimentos durante o período de formação no ensino superior, assim como, poderá gerar ideias para os profissionais que trabalham direta ou indiretamente com alunos com necessidades educativas especiais, em especial aos com TEA.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas que

baseou-se livros da área da educação, utilizando-se de resumos e fichamento dos livros pesquisados.

Este trabalho de conclusão de curso estrutura-se em dois capítulos, apresentando-se primeiramente concepções de Educação Especial e Inclusiva. E finaliza com o segundo capítulo em que é discutido sobre a inclusão escolar do aluno autista na rede comum de ensino.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

2.1 Conceituando Educação Especial e Educação Inclusiva

A educação especial visa atender alunos com necessidades educacionais especiais, específico para os casos de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, assim como para os casos de altas habilidades, superdotação ou talentos. Portanto, a Educação Especial dedica-se ao atendimento e a educação de pessoas com deficiência ou transtornos globais de desenvolvimento em classes de Atendimento Educacional Especializado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) de 20 de dezembro de 1996, conceitua a Educação especial em seu Art. 58 da seguinte forma: “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de ensino escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”.

Conforme explicado acima, é interessante, aliás, afirmar que a Educação Especial é um processo que visa à promoção do desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que engloba os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. É sinal de que se fundamenta em referências teóricas e práticas compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. Razão pelo qual, o processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com a finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos. (BRASIL, 1994, p. 17)

Em concordância com a citação, é possível dizer que a Educação Especial tem propósitos específicos que demonstra seu objetivo principal que é o desenvolvimento das potencialidades de sua clientela. Além de, afirmar seu compromisso com todos os níveis de ensino, e com a missão principal da escola que é a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Constata-se assim, que de modo mais apropriado e desafiador, esta última determinou que o atendimento de portadores de necessidades especiais deve ocorrer preferencialmente na rede comum de ensino, desde a educação infantil, garantindo todas as formas possíveis de flexibilização

de métodos, currículo, avaliação, material, temporalidade, assim como adaptação arquitetônica viável e a formação de profissionais habilitados para o referido trabalho, e observadas ainda as possibilidades de terminalidade de estudos ou aceleração, nos casos específicos. (LEAL, 2017, p. 164)

Portanto, pode-se dizer que a educação especial buscar promover a equidade de oportunidade no acesso e permanência na escola. Desse modo, é necessário o uso de diversos recursos adaptados, como é o caso das tecnologias assistivas, adaptações arquitetônicas e métodos de ensino diferenciados. Assim, “as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação.” (UNESCO, 1990, s/p).

Assim, dentro desse princípio que tem como objetivo oferecer educação para todos, foi necessário utilizar-se do termo **Educação Inclusiva**.

A educação inclusiva tem sido caracterizada como um novo “paradigma”, que se constitui pelo apreço à diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (PRIETO, 2006, p. 40 apud FERNANDES, 2013, p. 93)

Isto posto, a educação inclusiva é uma forma de garantir a inserção de pessoas com deficiência na sociedade, começando por oferecer educação em escolas comuns, de modo que não se sintam excluídos, e como forma de acabar com os preconceitos que existem desde a antiguidade em relação às pessoas com deficiência.

Ora, em tese, a educação especial não garante por si só a inserção das pessoas com deficiência na sociedade. Aliás, se não fosse à educação inclusiva, os alunos com necessidades educacionais especiais não estariam frequentando as salas de aulas comuns. Não se trata de apenas oportunizar que as pessoas com deficiências frequentem os mesmos ambientes escolares que todos os alunos, trata-se da importância da igualdade de oportunidade de aprendizagem e de eliminar o ponto fraco da educação especial de não ter o poder total de inserir os deficientes na sociedade. Assim, é importante considerar a educação inclusiva uma virtude da educação especial. Para tal objetivo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), estabelece o papel do atendimento educacional especializado:

Identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas nas salas de aulas comuns, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vista à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2007, s/p).

Assim, a educação inclusiva tem como objetivo efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola, portanto, necessita de leis e políticas públicas como base para a sua sustentação.

Dentre todos os documentos mundiais que visam à inclusão social, os que possuem mais destaque são respectivamente, a **Declaração de Salamanca, Convenção do direito das crianças** (1988) e a **Declaração sobre educação para todos** (1990). No que diz respeito à escola inclusiva, a Declaração de Salamanca (1994, p. 11), afirma,

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. SALAMANCA (1994, P. 11).

Desse modo, a escola inclusiva afirma o seu compromisso de educação para todos, consolidando a inclusão social, a aprendizagem, educação de qualidade, permanência na escola para todos.

Conforme verificado, a educação inclusiva é uma extensão da educação especial, que juntas buscam promover o progresso escolar de todos os alunos. Porém, trata-se inegavelmente de uma modalidade de ensino, que ainda depende de muitos fatores para que se consiga cumprir seus objetivos, como o preconceito pelas diferenças individuais, como os professores que trabalham em turmas superlotadas e que por tal motivo, justificam sua falta de atenção para com os alunos com necessidades educativas especiais, como os colegas de turma que não muita atenção aos estudantes especiais, assim como, a falta de recursos que não favorece o ensino-aprendizagem e a falta de profissionais para atender as necessidades básicas desses alunos.

Portanto, a escola comum deve renovar suas concepções para que se torne de fato inclusiva. Como bem nos assegura Stobäus e Mosqueira (2004, p. 67) “[...] implica toda uma nova filosofia de construção de uma escola que privilegie valores e princípios de participação e inclusão”. Assim, se faz necessário a construção de uma nova cultura escolar para alavancar o objetivo de implantar suas concepções inclusivas.

[...] Para que a escola se torne inclusiva, deverá haver o reconhecimento de que alguns alunos necessitarão mais que outros de ajudas e apoio diversos para alcançar o sucesso de sua escolarização. Esta postura representa uma mudança na cultura escolar. Pois, sem a organização de um ambiente mais favorável ao atendimento das necessidades dos alunos que precisam de estratégias e técnicas diferenciadas para aprender, qualquer proposta de Educação Inclusiva não passa de retórica ou discurso político. (GLAT, 2007, p. 28).

Desta forma, para que a escola se torne de fato inclusiva é necessário muito preparo e

organização, tanto do ambiente, quanto dos profissionais da escola. Assim, é possível dizer que a Educação Inclusiva é muito mais que um discurso, é um trabalho contínuo em prol dos alunos com dificuldades ou distúrbios de aprendizagem.

Enfim, a Educação Especial não é uma extensão da Educação Inclusiva, mas, a Educação Inclusiva é um sistema que fortalece a Educação Especial, já que integra com equidade os alunos com necessidades educativas especiais na escola.

3 A INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA NA REDE COMUM DE ENSINO

Uma das maiores dificuldades da escola é se tornar de fato inclusiva, para que se possa ter sucesso tanto na inserção, quanto na permanência de alunos com necessidades educativas especiais. **Incluir não é simplesmente levar uma criança com deficiência a frequentar o ensino comum. A inclusão é uma conquista diária para a escola, para a criança e para seus pais. Todo dia é um dia novo na inclusão (FACION, 2009, p.203)**

Conforme a citação do autor, a inclusão é muito mais do que colocar as crianças com deficiência para frequentar o ensino regular, é necessário primeiramente mudar a cultura escolar, incutindo ideias de respeito às diferenças e transformando o trabalho pedagógico, como as metodologias de ensino e currículo, o ambiente físico e etc.

Os indivíduos com autismo necessitam de estímulos para o seu desenvolvimento, portanto, é indispensável que o mesmo seja motivado a participar das atividades e seja incentivado a interagir com os colegas e professores.

Crianças com autismo clássico, isto é, aquelas crianças que tem maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, fica clara a necessidade de atenção individualizada. Essas crianças já começam sua vida escolar com diagnóstico, e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente. Muitas das vezes, elas apresentam atraso mental e, com isso, não conseguem acompanhar a demanda pedagógica como as outras crianças. Para essas crianças serão necessários acompanhamentos educacionais especializados e individualizados. (SILVA, 2012, p. 109).

Com respaldo do autor citado, pode-se dizer que as principais características do aluno com autismo é a dificuldade de socialização, comprometimento na fala e comportamentos repetitivos. Quanto as suas potencialidades, possuem facilidade em desenhar, usar os diversos recursos tecnológicos como celular, tablet e computador e contar os números.

Um dos maiores desafios para a inclusão de alunos com autismo é mantê-los em sala de aula e estimulá-lo a realizar todas as atividades solicitadas pelo professor.

3.1 Proposta de Ensino Estruturado na perspectiva TEACCH

Para que se possa incluir na escola as pessoas com autismo é necessário projetos de intervenção para que possa atender as necessidades educativas especiais dos estudantes.

As instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não tem demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento as diferenças nem de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade. (MANTOAN, PRIETO, 2006, p. 33).

Assim, após anos e anos de pesquisas e estudos sobre a aprendizagem do aluno portador do TEA, criou-se métodos de ensino estruturado para a inclusão e aprendizagem desses alunos.

Desta maneira, pode-se apresentar como proposta de intervenção escolar para alunos com autismo um *ensino estruturado na perspectiva TEACCH*.

O TEACCH se baseia na organização do ambiente físico através de rotinas - organizadas em quadros, painéis ou agendas - e sistemas de trabalho, de forma a adaptar o ambiente para tornar mais fácil para a criança compreendê-lo, assim como compreender o que se espera dela. Através da organização do ambiente e das tarefas da criança, o TEACCH visa desenvolver a independência da criança de modo que ela necessite do professor para o aprendizado, mas que possa também passar grande parte de seu tempo ocupando-se de forma independente. (MELLO, 2007, p. 36).

Desta forma, o método TEACCH busca ensinar um conhecimento de cada vez, respeitando o estilo de vida do aluno autista.

Este método de ensino estruturado na perspectiva TEACCH, geralmente utiliza-se de figuras e folhas com velcro para colagem, portanto, pode ser utilizado para o ensino de todas as disciplinas escolares e pode ser atividade para fazer em casa.

Figura 1- DESAFIOS DO APRENDER Material didático para crianças com deficiência intelectual e dificuldade de aprendizagem:



Fonte: <http://abcclaudiamara.blogspot.com/2015/02/atividades-metodo-teacch.html>

Desta forma, este método de ensino que se utiliza da adaptação de materiais e ambientes é uma excelente proposta para a inclusão escolar do aluno com autismo.

3.2 Método de Intervenção: Sistema De Comunicação através da Troca de Figuras (PECS¹)

O principal objetivo do Sistema de Comunicação através da troca de figuras (PECS) é desenvolver em crianças, jovens e adultos com autismo a habilidade de comunicação. Portanto, é usado para pessoas que não se comunicam ou que se comuniquem pouco.

A PECS colabora para que o indivíduo perceba que através da comunicação ele pode conseguir o que deseja com mais facilidade, facilitando assim sua socialização.

Figura 2- SISTEMA DE COMUNICAÇÃO POR TROCA DE FIGURAS (PECS)



Modelo de figuras para o PECS

Enfim, o método é muito fácil de ser aplicado, devido ao seu baixo custo de confecção e pode ser usado por todos os professores de alunos autistas, assim como, pode ser utilizado pelos demais profissionais da escola e pela família do estudante.

3.3 O papel do professor na inclusão escolar de alunos autistas

A educação é importante para as crianças desde cedo para que possam desenvolver suas habilidades e equipá-las com valores e práticas culturais que as servirão ao longo de suas vidas.

Na Constituição de 1988, a educação passou a ser um direito de todos. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) assegura que a educação infantil é a “primeira etapa da educação básica”, de acordo com os artigos 29 e 30 da lei. Creche para crianças de 0 a 3 anos e jardim de infância para crianças de 4 a 6 anos.

Sabemos que a educação é para todos, mas fazer acontecer depende muito de uma política que inclua todos os alunos no ambiente escolar, ou seja, toda criança com algum tipo de deficiência ou deficiência.

Se a pretensão é “garantir educação para todos independentes de suas especificidades”, deve-se assegurar a oferta que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos. (GLAT, NOGUEIRA, 2002, p.25)

É fato que os professores incluem alunos, mas também é claro que eles enfrentam muitos desafios para incluir alunos com autismo em suas salas de aula porque muitos professores não são suficientemente treinados para trabalhar com crianças com autismo. Os professores podem encontrar dificuldades relacionadas à linguagem, agressividade e compreensão dos alunos.

Hoje, é necessário perceber que para uma criança com autismo se desenvolver socialmente, ela deve frequentar a escola e ser integrada a uma educação inclusiva. Formação de professores como mencionado anteriormente, se não for uma formação específica, não é bom para crianças com autismo.

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e ao mesmo tempo configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania (XAVIER, 2002, p.19)

Nos dias de hoje as escolas dizem que incluem todos os alunos, mais para que isso aconteça tem que ter muitas mudanças. A verdade é que várias escolas ainda não estão preparadas para acolher esses alunos, e os com autismos principalmente, os professores não estão preparados para começar a trabalhar com o autista.

O professor ele precisa estar atualizado sempre, não pode ficar parado tem que buscar novos conhecimentos para que assim eles possam trabalhar com crianças e evitar sustos quando tiverem que passar por uma experiência com um autista.

A política pública para a inclusão deve ser concretizada na formação de programas de capacitação e acompanhamento continua que orientam o trabalho docente na perspectiva da diminuição gradativa da exclusão escolar, o que visa beneficiar não apenas os alunos com necessidades especiais, mais, de uma forma geral, a educação escolar como um todo (GLAT, NOGUEIRA, 2002, p. 27)

Assim Lopez (2012) fala sobre o papel do professor como mediador e como o professor tem o papel fundamental, pois ele que faz com que se tenha o primeiro contato com a criança, seja ele positivo ou negativo, dessa forma o professor se torna o grande responsável por fazer com aconteça ou não a inclusão, sabendo que é o seu dever de criar várias possibilidades para todos. É crucial que o professor veja as dificuldades que existe e que consiga encontrar o nível do desenvolvimento dos mesmos, para que assim possa saber como e qual metodologia ele deve usar para trabalhar com as crianças autistas.

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. O aluno deve ser avaliado para colocá-lo num grupo adequado, considerando a idade global, fornecida pelo PER-R, desenvolvimento e nível de comportamento. É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos

envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas. (SANTOS, 2008, p.30).

É importante que o professor compreenda as características e dificuldades desse transtorno, pois ele só pode planejar com base em sua própria experiência e conveniência com as crianças, para que essas crianças não corram riscos de danos e discriminação.

É importante que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém tais conhecimentos deve servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas. (ORRÚ, 2003, p. 1).

Entendemos que, para obter boas notas, os professores devem dominar a prática e entender completamente o que é o autismo.

Além de pesquisar e analisar crianças com autismo, o professor deve fazer da sala de aula um ambiente inclusivo onde as crianças possam compreender as diferenças para que possam se unir umas às outras.

Para que um professor possa atender a todos os alunos com necessidades especiais, ele deve ter uma formação especial e adequada, e não apenas isso. Além disso, ele está constantemente se atualizando e se informando, para que essas crianças possam se sair bem.

3.4 Adaptações Curriculares

Para enriquecer o ensino-aprendizagem dos estudantes com necessidades educativas especiais a escola pode e deve se empenhar em criar adaptações curriculares, para facilitar aos alunos o acesso ao currículo e para que seja efetiva e bem sucedida sua permanência na escola.

A terminologia adaptação, pode ser interpretada como flexibilização, uma vez que pressupõe a existência de alterações e/ou modificações no processo educacional, essencialmente no âmbito curricular. Para isso o currículo escolar deve ser tomado como referência na identificação de possíveis alterações em função de necessidades especiais de alunos. Em síntese, a unidade escolar deve adotar uma mesma proposta curricular para todos os alunos, e, havendo necessidade, realizar adaptações, alterações. (ZAQUEU, 2012, p.88)

Com respaldo do autor citado, a proposta curricular deve ser a mesma para todos os alunos, porém, pode se diferenciar em relação aos conteúdos ensinados, aos objetivos, metodologias de ensino ou critérios e procedimentos de avaliação.

As adaptações curriculares são amparadas pela Lei 9394/96 (Brasil, 1996): **Art. 59.** Os sistemas de ensino asseguram aos educandos com necessidades especiais: **I-** currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicos, para atender as suas necessidades; [...].

Portanto, para atender aos educandos com necessidades educativas especiais, pode-se

utilizar-se de adaptações de grande porte ou de pequeno porte.

Desta forma, as Adaptações de Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações não significativas) são modificações feitas no currículo, pelo professor, de forma a possibilitar e propiciar a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem na escola regular, juntamente com os seus parceiros coletâneos. São denominados de Pequeno Porte (Não Significativas) porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade de ação exclusivos do professor, não exigindo autorização, nem dependendo da ação de qualquer outra instância superior, nas áreas políticas, administrativa, e/ou técnica. (BRASIL, 2000, p. 8)

Já as Adaptações de Grande de Porte, são de competência da instância político-administrativa. Possui dentre as adaptações de acesso ao currículo:

- a criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno, em sua unidade escolar:
 - adaptação do ambiente físico escolar;
 - aquisição de mobiliário específico necessário;
 - a aquisição de equipamentos e recursos materiais específicos;
 - a adaptação de materiais de uso comum em sala de aula;
 - a capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação;
- a efetivação de ações que garantam a interdisciplinaridade e a trans-setorialidade.²

Assim, as adaptações curriculares são padrões pedagógicos utilizados no projeto político-pedagógico, nas salas de aulas e nas atividades escolares, para suprir as dificuldades de aprendizagem e as necessidades especiais dos alunos, colaborando com a formação escolar. Desta forma, eleva ao máximo as potencialidades dos estudantes, sem negligenciar as limitações e necessidades especiais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou uma análise de como o conhecimento das principais legislações e documentos referente à Educação Especial e a Educação Inclusiva, são os primeiros degraus para um atendimento adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais e para que se crie um ambiente educacional inclusivo, que rompe todas as barreiras para

que os estudantes desenvolvam todas as suas potencialidades. De forma geral, a Educação Especial e a Educação Inclusiva têm avançado muito em busca da equidade de oportunidades de aprendizagem e permanência na escola para todos os estudantes na escola. Porém, ainda um dos grandes desafios dessa modalidade de ensino é a falta ou pouca capacitação dos profissionais da educação, tanto no âmbito conceitual / teórico quanto no âmbito legal.

Um dos fatores fundamentais para o processo de inclusão escolar é a formação específica para essa área, não só para os professores, mas para todos os profissionais da escola. Portanto, a inclusão escolar deve ser uma cultura dentro da escola, para que sua implementação seja efetiva. Uma das principais habilidades de um bom professor é saber responder as singularidades de seus alunos, respeitando seus ritmos de aprendizagem, potencialidades e dificuldades. Dada à importância do tema, torna-se necessário a apresentação dos estudos, através de debates, seminários e projetos que objetivam a formação continuada de professores, que gerem habilidades necessárias para se criar um ambiente escolar inclusivo.

Nesse sentido, também é importante para a escola ter seu projeto político-pedagógico fundamentos que favorecem o processo de ensino e aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais especiais. Apesar de a criança autista apresentar algumas dificuldades, leves, médias ou severas, para seu desenvolvimento cognitivo, comportamental, social, ao tentar interagir com a sociedade em geral, principalmente em sala de aula com crianças “ditas normais” é, preciso incluí-las dentro do contexto geral da escola respeitando as suas especificidades para que a mesma possa aprender e participar, estando incluída e não somente integrada. De acordo com as pesquisas a criança autista não está incluída e sim integrada, pois falta a escola de um modo geral, professores, pedagogos, gestores, coordenadores, funcionários, abraçarem a causa da criança autista, assim como toda criança com alguma especificidade, dando-lhe oportunidades como um sujeito de direitos. Visto que a Constituição garante educação para todos.

Cabe à sociedade buscar junto às autoridades políticas públicas que garantam a inclusão educacional para que todos possam ter direito a um ensino de qualidade e pensarmos como a escola deverá dar início nesse processo de inclusão do aluno com necessidades especiais, para que o mesmo e a sua família, sintam-se incluído e não sendo posto de lado como um ser diferente e que atrapalha. Ele necessita manifestar um processo de não regressão à escola, mas que queira permanecer na mesma. Para que isto aconteça é preciso da participação de todos e a valorização das diferenças, respeitando a criança “dita especial”, através de uma pedagogia diferenciada, métodos que valorize o aluno e que o faça sentir-se pleno no seu ofício de discente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Declaração de Salamanca**, Brasília, 1994.
- FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GLAT, Rosana (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- GLAT, Rosana e NOGUEIRA MARIO Lucio de Lima. **Políticas Educacionais e a Formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação Especial, ano 14, n. 24, 2002.
- LEAL, Daniela (Org.). **História, memória e práticas da inclusão escolar**. Curitiba: Intersaberes, 2017.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2022.
- MARQUEZAN, Reinoldo. **O deficiente no discurso da legislação**. Campinas, SP: Papyrus, 2015.
- NÓVOA, Antônio (Org.). **Os Professores e Sua Formação**. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- ORRÚ, silva Ester. **“Trajetórias, avanços e desafios na concepção e educação de educando com autismo”**. In: ORRÚ, Silva (ORG). **Estudantes com necessidades especiais: Singulares e desafios na prática pedagógica inclusiva**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- Projeto Escola Viva – Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais (Adaptações Curriculares de Pequeno Porte). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000449.pdf>>. Acesso em 05 de agosto de 2022.
- SANTOS, A . M. T. dos. **Autismo: desafios na alfabetização e no convívio escolar**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Distúrbios de Aprendizagem). Centro de Diferencia em Distúrbios de aprendizagem (CRDA), São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.crda.com.br/tccdac/22.pdf>>. acesso em: 24 de outubro. 2018.
- STOBÄUS, C. D; MOSQUEIRA, J.J.M (Orgs.). **Educação Especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 05 de agosto de 2022.
- XAVIER Alexandre Guedes Pereira. **Ética, técnica e política: a competência docente na**

proposta inclusiva. In: Revista Integração, ano 14, n.24. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial, 2002.

ZAQUEU, Lívia da Conceição Costa. **Política Educacional Inclusiva I.** São Luis: UFMA/NEaD, 2012.